



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

29 DE JANEIRO  
SEDE DA UNESCO  
PARIS — FRANÇA  
DISCURSO DURANTE SESSÃO SOLENE  
NA UNESCO

Senhor Diretor-Geral,  
Senhores Membros do Conselho-Executivo,  
Senhores Delegados Permanentes:

Aceitei com grande prazer o convite que Vossa Excelência me formulou, Senhor Diretor-Geral, e é com sentimento de responsabilidade que me dirijo a todos os Senhores, neste lugar privilegiado pela vontade dos Estados e dos homens: a sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Naqueles que, dentre os Senhores, são membros do Conselho Executivo da UNESCO ou delegados permanentes junto a esta Organização, vejo os representantes dos governos e das culturas nacionais. Vejo homens públicos mas também os intelectuais que devem traduzir a consciência de seu tempo, os valores duráveis da sociedade.

Naqueles que aqui encarnam a Organização, vejo mandatários da comunidade internacional para a difícil

tarefa de criar condições favoráveis à cooperação internacional nos domínios de competência da UNESCO, segundo as diretrizes que lhe são fornecidas pelos Estados membros.

Os Senhores vivem no quadro de um dilema que é necessário cotidianamente superar, para que a UNESCO cumpra suas altas missões: a de compatibilizar a defesa de interesses nacionais com a maximização dos frutos da cooperação internacional, em benefício de todos.

No que respeita a esse dilema, que chamarei funcional, progressos importantes têm sido alcançados, graças à própria prática da cooperação. Aí as mais sérias dificuldades que vejo, decorrem da emergência de ambições supranacionais no seio de alguns desses organismos internacionais; da progressiva burocratização desses organismos e, finalmente, da sua utilização para obter fins particulares distintos dos objetivos originais.

Os organismos internacionais são essencialmente foros de negociação para a composição das vontades nacionais. Nesse sentido não se deve falar de uma «filosofia» da UNESCO, ou de uma «política» das Nações Unidas, embora em cada caso uma carta constitutiva fixe os princípios de sua ação. Não quero dizer, obviamente, que os secretariados das organizações internacionais devam ser inermes intelectual ou politicamente. Mas sua iniciativa prende-se a um mandato: os Estados membros determinam, em última análise, a orientação a ser seguida pelas organizações. No caso da UNESCO, devo dizer, o Secretariado está consciente desses condicionamentos.

Do perigo de burocratização quase seria desnecessário tratar. É esse um flagelo que ameaça todas as instituições. Hoje, as grandes entidades se burocratizam

por meio de um suposto refinamento e enriquecimento de objetivos. O perigo contra o qual as instituições internacionais precisam precaver-se é o de tudo quererem abarcar. Nesse sentido, são altamente recomendáveis os esforços que a UNESCO vem empreendendo para a concentração do programa, tanto em termos de objetivos como de ações. E essa tendência deve ser estimulada com incessante determinação.

Finalmente, existe o perigo de que as instituições sejam desviadas dos seus propósitos originais para servir aos interesses de grupos particulares de países, em decorrência de situações desiguais de poder que se refletem em formas sutis de neocolonialismo, político ou econômico, ideológico ou cultural. A UNESCO tem felizmente estado alerta para esse perigo e vai à conta de seus méritos a constante preocupação no sentido de furtar-se a agir como instrumento de qualquer espécie de colonialismo ou de hegemonia.

O grande papel da UNESCO se situa na encruzilhada entre o pensamento e a ação, em esclarecer objetivos e em orientar as ações dos Estados. Se não lhe cabe formular uma filosofia própria, é a UNESCO, nos domínios que lhe são próprios, o foro onde os homens procuram explicar e entender sua diversidade e encontrar a maneira de conciliar suas aspirações e diferenças em benefício de todos. Mas não se esgota no plano conceitual essa obra coletiva e cooperativa dos Estados. É através da ação que ela testará a si mesma, se corrigirá e se construirá.

O Brasil procura participar dessa obra com infatigável determinação. As próprias características econômicas, sociais, políticas e culturais do Brasil de hoje configuram uma experiência nacional importante para o es-

clarecimento de certos aspectos da sociedade contemporânea, e nesse particular têm utilidade imediata para as preocupações da UNESCO.

País de dimensões continentais, de grande variedade humana e inesgotáveis recursos naturais, aberto ao convívio universal, o Brasil oferece rico mostruário de experiências. Ao mesmo tempo, porém, que nos dispomos a repartir nossa experiência, desejamos usufruir e compartilhar a dos demais povos do Mundo, voltados que estamos para a gigantesca obra de construção nacional com o objetivo de alcançar níveis de vida dignos e justos no que respeita às necessidades básicas do Homem e ao confronto com as diversas sociedades no plano internacional.

Tomemos, para iniciar, os campos da educação e da cultura. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, esses dois aspectos são intimamente relacionados. Mas, enquanto nos casos dos países desenvolvidos a educação é, basicamente, um instrumento para transmitir de uma geração a outra o essencial da cultura nacional, para inculcar valores e desenvolver aptidões, nos países em desenvolvimento o problema da educação é, ainda, fundamentalmente, o de permitir o acesso da população aos veículos escritos de transmissão da cultura, o de caracterizar e preservar a identidade cultural. O problema é complexo e urgente, visto como o paternalismo dos países desenvolvidos, de um lado, e o mimetismo dos países em desenvolvimento do outro, convergem para a implantação, nestes, de valores importados. Daí por que se impõe acrescentar um conteúdo crítico ao já enorme esforço educacional de parcelas ponderáveis da população — a partir de bases exíguas em recursos humanos e materiais.

No Brasil, passado o período de educação elitista de herança colonial, que perdurou até há pouco, o esforço nacional se concentra, no momento, em procurar introduzir esse elemento crítico que nos permita melhor adequar ao nosso meio o sentido e os resultados da educação.

Nesse contexto, evidentemente, a cultura nacional não pode ser encarada como objeto de ostentação nem estar ligada, fundamentalmente, a valores importados de antigas matrizes ou de novas matrizes culturais. Da mesma forma como revemos criticamente o conteúdo dos objetivos da educação, estamos revendo criticamente o conteúdo e os objetivos da ação do Estado na promoção da cultura.

O que é válido para a educação e a cultura se aplica igualmente ao plano do desenvolvimento científico e tecnológico. Aí, também, não é menos dramática a situação dos países em desenvolvimento, que enfrentam o desafio de crescer rápida e livremente. Vêm-se eles mais uma vez a braços com o dilema de seguir os tutores que prometem soluções pré-fabricadas ou tentar, sem perda de ritmo, encontrar soluções próprias, capazes de conciliar o progresso e a preservação da identidade nacional. Neste, como em outros terrenos, não haverá como recorrer a panacéias, e só o esforço consciente, a disposição de ensaiar, descobrir, adaptar, corrigir e reensaiar, poderão levar cada povo a encontrar os meios de ação propícios ao seu particular desenvolvimento. A condenação desse esforço, criticando-lhe os erros e ignorando-lhe os acertos em nome de ortodoxias estabelecidas, revela, no mínimo, insuficiente percepção do próprio processo histórico, que terá necessariamente de estar aberto para o futuro. Estamos, hoje, convencidos de que os avanços científicos e tecnológicos mudaram as condições

de progresso, e que se abrem novas perspectivas para os países em desenvolvimento. Não precisaremos repetir cada etapa do progresso anteriormente palmilhado pelos atuais países desenvolvidos, sendo-nos facultado abreviar caminhos para a obtenção de soluções próprias.

Menciono, finalmente, outro relevante domínio de competência da UNESCO, que é o da comunicação social. Também aí é notória a contribuição conceitual trazida ao debate pelos países em desenvolvimento. Segundo todos sabemos, o que se deseja não é substituir os atuais privilégios por outros que beneficiem novos sujeitos da comunicação, como as fontes oficiais. O que se quer é criar condições para que a liberdade de informar corresponda o direito de ser informado e zelar por que a função de informar se exerça de forma responsável. Essa responsabilidade é um compromisso com os fatos — com a verdade, portanto — mas é, também, uma responsabilidade ética, em face dos próprios fins sociais inerentes à Nação.

Senhor Diretor-Geral,

Meus Senhores,

Ao terminar, quero reafirmar perante todos a inabalável confiança do meu Governo nos ideais da UNESCO. Envidaremos todos os esforços para que esses ideais — que são os do nosso País, um dos fundadores da Organização — prevaleçam internamente e se expandam internacionalmente. O Brasil tem prestado e pretende prestar sempre o seu concurso a fim de que a cooperação internacional se fortaleça, eliminando progressivamente as causas de conflito entre as nações e incrementando incessantemente as condições de progresso harmônico entre os povos. Nesse sentido, vemos com parti-

cular satisfação o crescente entendimento entre os países em desenvolvimento e a confiança cada vez maior nas formas de cooperação horizontal, a qual não se faz em confronto com a vertical, mas em complemento a ela.

Senhor Diretor-Geral,

Dentro de três meses Vossa Excelência estará visitando oficialmente o Brasil. Pela segunda vez será hóspede do Governo brasileiro, tendo a primeira ocorrido no seu mandato anterior. O Governo e o povo do Brasil, que o aguardam de braços abertos, reconhecem em Vossa Excelência um legítimo representante das nações irmãs da África e um perspicaz e infatigável lutador pelo direito de todos os povos, de cada povo, à justiça, à liberdade e ao progresso — objetivos subjacentes nos ideais que inspiram o Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.